

Conflitos laborais na Portucel Viana:

Alterações ao Complemento de Reforma (mantendo os direitos dos membros do Conselho de Gerência, e retirando-os aos trabalhadores...)

Originou 5 dias de greve que afectou a produção;

A Direcção de Produção e Chefe de Serviço da produção de papel exerceram pressões e ameaças sobre os encarregados da produção de papel;

A Direcção da Portucel Viana através do seu Director de Manutenção chamou a GNR para tentar obrigar o piquete de greve a permitir a entrada de empreiteiros nas instalações da fábrica em total desrespeito pela Lei da Greve;

A Portucel Viana não pagou o prémio de produtividade aos trabalhadores que aderiram a essas greves em total desrespeito pela Lei. A Portucel Viana foi condenada em tribunal e obrigada a pagar o referido prémio;

Na revisão salarial de 2010 não actualizou a tabela de vencimentos atribuindo um valor de 25€ "fora da tabela". É uma situação irregular que levou os reformados que se encontram a receber o Complemento de reforma a apresentar uma queixa na ACT de Viana, uma vez que a empresa está obrigada a actualizar o valor desse complemento de reforma de acordo com a actualização da tabela salarial e graças a esta "habilidade" tenta não cumprir essa obrigação;

A Portucel Viana tem recusado o pagamento do subsídio de doença em desrespeito do estipulado no Regulamento de Regalias Sociais

"PORTUCEL PASSEIA O NOME DE VIANA POR TODA A EUROPA!"

A funcionar desde os anos 70 em Viana do Castelo, a Portucel tem em curso um projecto de desenvolvimento que vai já na sua terceira fase e prevê que, no ano de 2010, a fábrica produza 400 mil toneladas de papel.

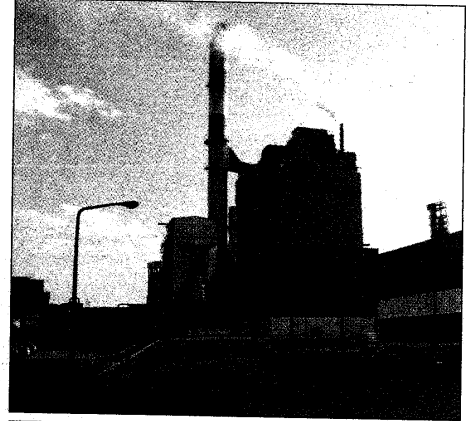
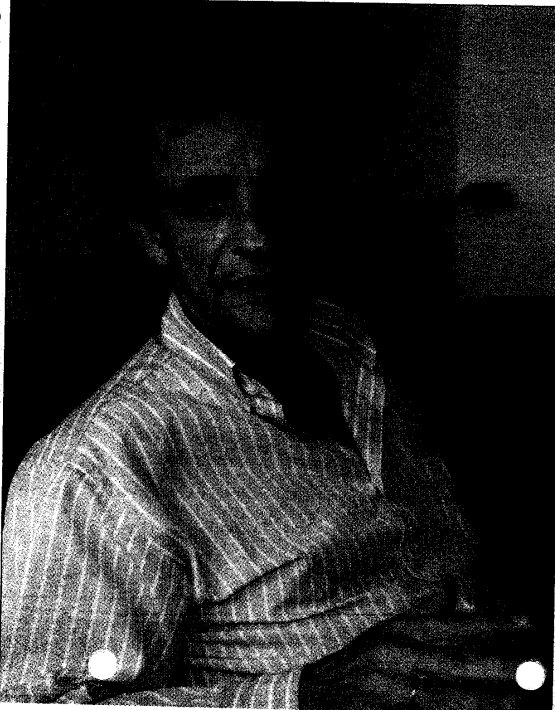
A privatização da Portucel Viana começou em 2000 e actualmente o único accionista é a Europac. Enrique Isidro é o administrador delegado da empresa em Viana do Castelo e comenta que, ao longo destes anos, a Portucel tem "evoluído muito".

"Durante os primeiros anos na parceria, o modelo de gestão adoptado foi o do posicionamento comercial. Mas isso não chega. Foi preciso investir no que chamamos o projecto da Portucel Viana", afirma Enrique Isidro.

Este projecto não consiste só em ganhar em capacidade produtiva passando das 260 mil toneladas, que eram produzidas há três anos, para as 400 mil que se pretende atingir em 2010.

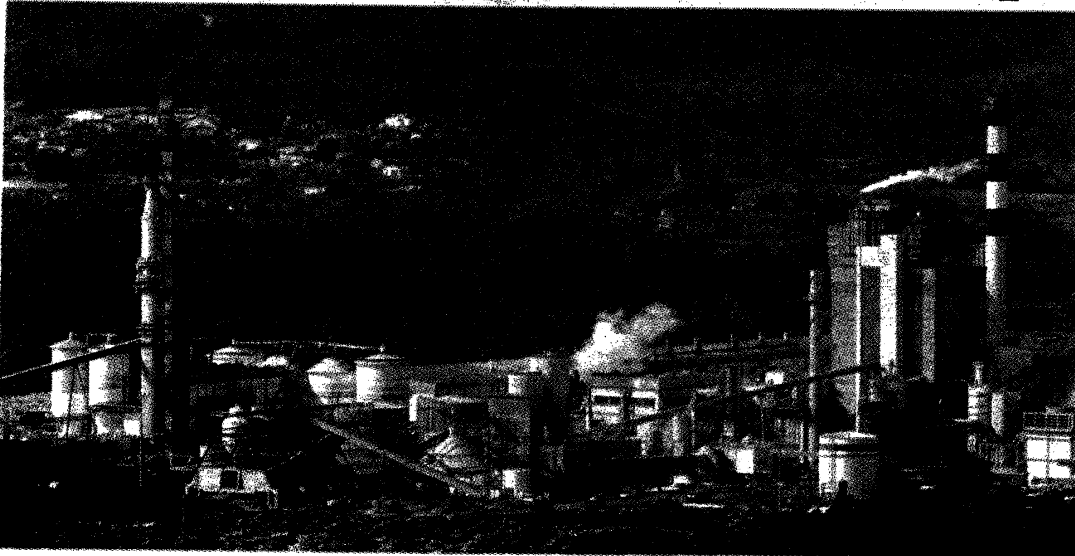
"É um acréscimo da capacidade produtiva que vai ser acompanhado de uma optimização de consumos específicos, nomeadamente energéticos, melhorando rendimentos, qualidade, processos industriais e logísticos", sublinha o administrador que quer fazer da fábrica de papel kraftliner em Viana do Castelo "uma das melhores da Europa". "Sinto-me imensamente orgulhoso da forma como o projecto está a evoluir e da fábrica que temos", nota.

Em Setembro, a Portucel Viana iniciou uma nova técnica de selagem de um aterro. Chama-se "Ecoseal", é a primeira vez que é utilizada em Portucel e demora



Papel. Investimentos até 2009 "nunca serão inferiores a 150 milhões"

Europac quer transformar Portucel/Viana em n.º 1 da Europa



DAFIM/SERVIDOS

Objectivo é aumentar a capacidade de produção e a qualidade

PAULO BILHÃO, Viana do Castelo

ropeu. Só em 2007, o grupo fechou as contas com um resultado líquido de 31,97 milhões de euros, o que representou um aumento, sem comparação, de 180%. Acendas de todas as

jectivo é chegar às 400 mil toneladas de papel de cartão canelado, usado para embalagem, mercado em que Portucel/Viana lidera na Península Ibérica. "Queremos uma máquina

Há três anos que a Portucel Viana funciona com uma central de cogeração, que aproveita o vapor necessário à produção da pasta de papel

A fábrica já vende os excedentes de electricidade à REN

5 perguntas a...

Enrique Isidro



ADMINISTRADOR-DELEGADO DA EUROPAC

"A fábrica é para investir, tem um grande futuro"

A fábrica é para continuar em Viana?

Surpreende-me a pergunta. Claro que é para continuar. É uma fábrica para investir e tem um grande futuro pela frente.

Como reage quando se esgrimm questões ambientais para criticar a fábrica?

Só reajo desta forma: 300 empregos directos, 2000 indirectos, oito milhões de euros anuais de salários e dois milhões em encargos sociais. Mais de dez milhões na aquisição de madeira a fornecedores locais. 7,3 milhões de euros de IRC, 703 mil de derrama e 43 mil de IMI. Só 17% da movimentação no porto de Viana é graças à Portucel e vai su-



**SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS
DE CELULOSE, PAPEL, GRÁFICA E IMPRENSA**

Rua Padre António Vieira, 195 4300-031 PORTO - Telef. 225 198 600 - Fax 225 198 603



AOS TRABALHADORES DA PORTUCEL VIANA

informação

COMPLEMENTO DE REFORMA

LUTA PROSSEGUIU COM FORTE EXPRESSÃO E ADESÃO

APESAR DE ACTOS INTIMIDATÓRIOS E ILEGÍTIMOS DA EMPRESA

Uma fraterna e solidária saudação aos trabalhadores e à sua firme luta na defesa do complemento de reforma, que teve mais uma forte expressão e adesão na greve dos passados dias 30 de Novembro e 3 de Dezembro.

Luta e greve que tiveram forte expressão e adesão, apesar da administração da empresa ter pressionado, ameaçado, substituído grevistas (parque de madeiras e pasta) e ter pedido e patrocinado intervenção injustificada e intimidatória da GNR.

Foi enviado protesto à administração da empresa e requerida intervenção da Autoridade para as Condições de Trabalho – ACT (ex Inspeção de Trabalho) sobre a actuação ilegal da administração da Portucel Viana de tentar limitar e condicionar o direito à greve e os seus efeitos; e do acto intimidatório de chamar a GNR, pondo em causa medidas legais indicadas para efeitos de manutenção e segurança de instalações, equipamentos e pessoas.

Também ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, 1º Ministro, Ministro da Administração Interna, Ministro do Trabalho, Grupos Parlamentares, Comandante da GNR e Governador Civil de Viana do Castelo, se deu conhecimento da **INJUSTIFICADA INTERVENÇÃO INTIMIDATÓRIA DA GNR**, reclamado medidas para que direitos fundamentais e constitucionais dos trabalhadores sejam respeitados.



- **CONTESTADA RESPOSTA DO INSTITUTO DE SEGUROS**

No passado dia 14 de Novembro, foi recebida uma carta do Presidente do Instituto de Seguros de Portugal, respondendo à posição sindical enviada em 3 de Agosto e à exposição que foi subscrita por 132 trabalhadores, enviada em 4 de Outubro.

O Presidente do Instituto de Seguros justifica na sua óptica, porque autorizou a alteração ao contrato constitutivo do fundo de pensões que prejudica os trabalhadores.

Contestou-se mais essa posição do Instituto de Seguros, reafirmando que não é justo, nem legítimo impor a abolição de direitos dos trabalhadores e que o Instituto deverá intervir para que tal não aconteça.

Foi, uma vez mais, o Ministério das Finanças e o Secretário de Estado das Finanças, colocados a par da contestação sindical dos trabalhadores ao Instituto que tutela.

- **APRESENTADA ACÇÃO EM TRIBUNAL**

Em 16 de Novembro foi apresentada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, uma acção administrativa especial, pelo Sindicato, impugnando e reclamando a nulidade da autorização do Instituto de Seguros de alteração do contrato constitutivo do fundo de pensões. Essa acção contém 137 artigos, em 29 páginas, a que se juntam cópias de 18 documentos, contidas em mais 80 páginas.

- **A LUTA SERÁ SEMPRE DETERMINANTE**

Independentemente da acção judicial, e diligências e iniciativas, junto das diversas entidades, o determinante será sempre a luta e acção dos trabalhadores.

Vai realizar-se reunião de ORT.s para efectuar um balanço da luta desenvolvida e perspectivas para o seu prosseguimento.

ACORDO DE EMPRESA

- **FOI APRESENTADA A PROPOSTA SINDICAL** – No passado dia 29 de Novembro foi enviada à administração da empresa, a proposta sindical para a revisão de 2008 do AE, e contendo as reivindicações aprovadas no plenário de trabalhadores realizado em 7 de Novembro.

Até ao final de Dezembro a empresa deverá apresentar a sua resposta.

FUNDO DE PENSÕES - COMPLEMENTO DE REFORMA

TRIBUNAL DÁ RAZÃO AOS TRABALHADORES DA PORTUCEL VIANA

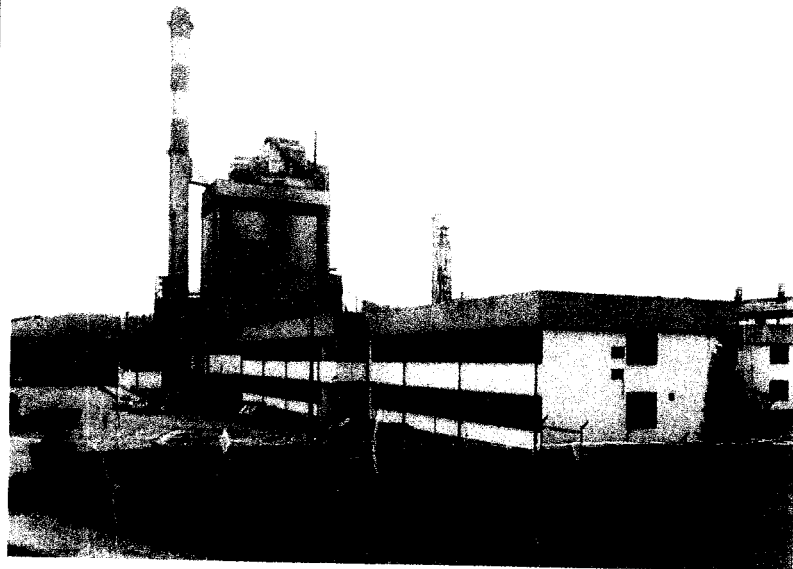
Faz agora precisamente três anos que a Administração da Portucel Viana numa atitude de género quero, posso e mando, resolveu alterar o fundo de pensões dos seus trabalhadores sem que para tal tivesse em linha de conta que o mesmo fazia parte de um regulamento de regalias sociais e sem ter em conta que tal regulamento tinha ficado salvaguardado na revisão do Acordo de Empresa - ainda hoje em vigor, o que há partida só com um acordo das partes envolvidas no mesmo, poderia ser alterado.

Ora como a empresa estava disposta a dialogar mas não estava disposta a fazer nenhum tipo de cedência, como se veio a constatar, o diálogo ficou-se pelas intenções e mais nada.

Com a alteração levada a cabo pela administração da empresa, sem que para tal tenha procurado dialogar seriamente com os representantes dos trabalhadores, os valores do complemento de reforma que os trabalhadores iriam receber no futuro seriam reduzidos para mais ou menos um quarto dos valores que estavam estipulados em fórmula descrita no tal regulamento de regalias sociais, independentemente do valor do fundo de pensões estar em alta ou não.

Assim sendo, naturalmente que a reacção dos trabalhadores não se fez esperar e é assim que no início de 2007, que acabou por se prologar por todo o ano, se vem a assistir na empresa a um elevado número de dias de greves com adesões altíssimas, acarretando grandes prejuízos para a empresa.

Apesar da forte resistência dos trabalhadores, a verdade é que o tempo foi passando e a luta foi perdendo força uma vez que fazer greves não fica nada barato e todos nós sabemos que a vida não está fácil



para quem trabalha.

Por outro lado, a empresa sempre ia pressionando os trabalhadores a aderirem ao novo sistema do fundo de pensões e como sempre acontece nestas coisas há sempre aqueles que resistem menos por variadíssimas razões, nomeadamente porque muitos deles estão em lugares em que não é fácil dizer não, outros sempre gostaram de estar ao lado do patronato e outros porque deixaram de acreditar que seria possível ganhar a causa.

Por isso muitos trabalhadores deram o seu sim ao novo sistema imposto pela empresa mas mais foram aqueles que não deram e que agora vêm a sua atitude de firmeza recompensada.

O que aconteceu neste espaço de tempo que vai de meados de 2007 até aos dias de hoje, é que muitos dos trabalhadores que entretanto se reformaram meteram os seus casos em tribunal recorrendo uns aos seus respectivos sindicatos e

outros recorrendo por conta própria a advogados, tendo saído a decisão final do tribunal no dia 17 de Novembro de 2009, dando razão aos trabalhadores e condenando a empresa a repor o complemento de reforma antigo, isto é, conforme a fórmula descrita no regulamento de regalias sociais.

Foi uma grande vitória dos trabalhadores da Portucel Viana no seguimento de outra que aconteceu há bem pouco tempo quando a empresa se recusava a pagar prémios aos trabalhadores que fizeram greve.

A justiça pode não andar bem neste país mas ainda vai repondo a legalidade nos atropelos que a administração da Portucel Viana pretende levar a cabo.

Era bom que a empresa e os seus responsáveis tivessem mais consideração por quem nos últimos cinco anos lhes meteu mais de 70 milhões de euros nos bolsos.

GREVE NA PORTUCEL MUSEU DO TRAJE EM REABILITAÇÃO

Os trabalhadores do sector da Produção/Manutenção, da Portucel-Viana ameaçam fazer uma greve de dois dias neste próximo fim-de-semana. Não se trata de uma vulgar reivindicação salarial, mas de uma situação muito mais grave que isso. Não admitem perder regalias sociais na reforma que sempre tiveram, desde que a empresa foi pública até à sua aquisição pela Sonae SGPS - Europac, SA e, posteriormente, com a detenção da totalidade da empresa pela Europac, SA (uma multinacional de origem espanhola), em Fevereiro de 2005. Estão em causa complementos de reforma sustentados pelo chamado *fundo de pensões*, que têm por finalidade compensar a perda de vencimento pela redução deste com a aposentação.

Esse complemento de reformas foi criado em 1987, por iniciativa do conselho de administração, ao tempo da Portucel-Viana, EP, regulamentado entre esta e os representantes dos trabalhadores. No ano de 2004, ao ser publicado esse acordo em Diário da República, veio institucionalizar o regulamento criado pela empresa pública através de um formulário específico, não deixando, no entanto, de considerar que, para membros da administração, bastava um mínimo de três anos de mandato para usufruírem desse complemento.

Os trabalhadores sempre acreditaram que o Instituto de Seguros de Portugal, como entidade reguladora, fiscalizaria a boa administração do fundo de pensões e se oporia a qualquer tipo de alteração ao contrato constitutivo do mesmo. A própria UE determina que os *fundos de pensões* devem ser individualizados, de forma a vincularem directamente a pensão ao beneficiado, tendo o *direito de portabilidade*, ou seja, a possibilidade de o trabalhador não perder o montante acumulado, mesmo que mude de empresa.

A razão de ser da luta agora encetada pelos trabalhadores prende-se, portanto, com o facto de a empresa querer deixar de participar nesse FP, com efeitos retroactivos a Janeiro de 2007.

Para este efeito, a Europac, SA tomou a iniciativa de individualizar esse fundo, repartindo-o em contas bancárias abertas em nome dos trabalhadores beneficiários, sem especificar os critérios que a levaram a calcular o montante depositado em cada conta, conduzindo, desta forma, ao "esvaziamento" desse fundo. Como quem diz, daqui para a frente não há nada para ninguém!

Os trabalhadores entendem tratar-se de uma ilegalidade, à luz do que julgam estar regulamentado em contratos constitutivos lavrados em regulamentos próprios na empresa e vertidos, posteriormente, em Diário da República, pelo que esperam, através dos seus sindicatos, nos tribunais seja reposta a legalidade. Muito menos compreendem que este procedimento ocorra num ano em que a própria administração declara publicamente haver tido um aumento de cerca de 200 por cento em resultados financeiros, relativamente ao mesmo período do ano anterior!

Se, supostamente, fizessemos parte de uma União Ibérica, o salário dos trabalhadores da Portucel-Viana seria certamente o dobro daquele que recebem. Desta forma, dispensariam facilmente quaisquer complementos de reforma. Porém, na presente situação, e em Portugal, não toleram perder uma prerrogativa consagrada e devidamente legalizada. Se, no passado, a Espanha nunca nos derrotou nos campos de batalha, hoje, no campo económico, já não diremos o mesmo.

Bernardo Silva Barbosa
director@auroradolima.com

O Museu do Traje vai ser alvo de reabilitação, que implicará um investimento na ordem dos 1, 3 milhões de euros. Com este, a área expositiva passará de 399 para 720 metros quadrados. Na cave funcionará uma exposição permanente de ouro. A obras deverão estar concluídas no próximo Verão.

A adjudicação da obra ocorreu na última reunião da Câmara Municipal, sendo o prazo de execução de seis meses. O edifício, de arquitectura típica "Estado Novo", completa meio século no próximo ano. Até 1997, altura em que foi adquirido pela autarquia, por 1, 5 milhões de euros, funcionou como agência do Banco de Portugal.

Agora, o aproveitamento "mais cabal" começa na cave, onde se situavam os cofres-forte do Banco de Portugal. Ali passará a estar uma exposição permanente de ouro, em complemento do traje.

Por sua vez, a nível do sótão, sofrerá importante alteração, através de uma solução que compreende uma abóboda na cobertura. O facto de ter um pé direito bastante alto, vai facilitar o funcionamento, neste local, dos serviços administrativos



do museu, bem como áreas técnicas, nomeadamente um espaço para tratamento dos trajes.

A empreitada integra, ainda, a reparação de pavimentos, paredes e tectos e a demolição de várias divisórias interiores. Por sua vez, as duas áreas do edifício, até agora separadas, ficarão integradas.

Segundo explicou o arquitecto José Loureiro, todo o espaço respeitará as novas normativas, designadamente tendo em atenção as pessoas com mobilidade reduzida.

Nesse sentido, haverá uma rampa de acesso e um elevador que permitirá a deslocação entre os cinco pisos (incluindo a cave e o sótão), com a localização das salas expositivas no rés-do-chão,

primeiro e segundo andares. Parte do espaço será aquecido através da energia de painéis solares.

Cerca de 75 por cento dos 1, 3 milhões de euros do custo desta intervenção virá restos de fundos comunitários ("over booking"), que têm de ser gastos na primeira metade de 2008.

João Alpuim, director do Museu do Traje, acredita que, após as obras, será possível uma programação mais coerente, com o tempo médio de visita a atingir a hora. Até agora, já apresentou 46 exposições e recebeu 137 mil visitantes, conforme sublinhou Flora Silva, vereadora da Cultura. Integrando a Rede Portuguesa de Museus desde 2004, tem uma colecção de mais de dois mil bens culturais.

TERRENO DO POLIS EM HASTA

Na mesma reunião em que adjudicou as obras do Museu do Traje, a Câmara aprovou a retoma de um terreno lado poente do campo da Agonia, junto à Escola Secundária de Monserrate, que tinha sido destinado à VianaPolis.

Esta tinha ali prevista uma intervenção que depois foi abandonada, ainda Amílcar Theias era titular da pasta do Ambiente. Vai agora a hasta pública, a fim de que os privados construam uma urbanização (habitação e comércio), de acordo com o previsto no projecto elaborado no âmbito do Polis.

O presidente da Câmara, Defensor Moura, espera que as obras demorem dois anos a ser executadas.

Na mesma reunião, foi aprovado uma comparticipação de 170 mil euros para a reabilitação de um edifício que a APPACDM tem na Avenida Afonso III. Igualmente aprovada a transferência de dois pavilhões da Zona Empresarial da Praia Norte para uma empresa subsidiária da Enercom. Fabricará fibras de vidro para as pás eólicas e criará 30 postos de trabalho.

Instado sobre o aumento das taxas municipais para 2008, Moura confirmou que estas deverão sofrer uma actualização de acordo com a inflação no corrente ano (2, 4%).

CONFIRMADOS TRÊS ANOS DE PRISÃO PARA ADVOGADO — DEFESA RECORRE

O Tribunal da Relação de Guimarães confirmou a pena de três anos de prisão efectiva para um advogado de Viana do Castelo que baleou, nesta cidade, um industrial de madeiras, informou à Lusa fonte judicial.

A defesa do advogado recorreu do acórdão do Tribunal Judicial de Viana do Castelo, pedindo que fosse especialmente atenuada e fixada em dois anos e seis meses de prisão,

suspensa na sua execução.

No entanto, o Tribunal da Relação julgou o recurso improcedente, considerando que as circunstâncias em que decorreu o crime e os motivos que o determinaram "levam a concluir ser o arguido pessoa impulsiva e irreflectida, personalidade que não dá garantias de que a ameaça da pena seja suficiente para o afastar, de futuro, de comportamentos delictuosos".

A defesa voltou a recorrer, desta feita para o Supremo Tribunal Justiça, pelo que o arguido continua em prisão domiciliária, com vigilância

electrónica.

Os factos remontam a meio da tarde do dia 5 de Julho de 2006, junto ao edifício da Câmara Municipal de Viana do Castelo, tendo o arguido, de 38 anos, efectuado três disparos, dois dos quais atingiram um joelho e a axila do queixoso, de 47 anos, que alegadamente se encontraria a um metro de distância.

Na origem do crime terão estado problemas de dinheiro, já que o industrial garante que o arguido lhe é devedor de 33 mil euros "há uns anos", enquanto o advogado diz que o industrial é que lhe deve "mais

de 25 mil euros".

No dia 5 de Julho, os dois tinham encontro marcado na cidade, alegadamente para o advogado saldar parte da dívida, mas acabaram por se cruzar "por acaso" mais cedo do que o combinado e ter-se-á gerado uma discussão, a que o advogado pôs termo a tiro.

Na altura, o juiz aplicou-lhe prisão preventiva, medida de coacção entretanto alterada para prisão domiciliária, com vigilância electrónica.

O queixoso exige uma indemnização de cerca de 120 mil euros, uma questão que será dirimida num processo cível.

ALUNOS DO IPVC CONCEBEM PRODUTOS PARA DECANTAÇÃO DO VINHO

Dois alunos da Licenciatura em Design do Produto, ministrada na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo [ESTG-IPVC], desenvolveram, durante o estágio de fim de curso realizado no INEGI [Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial] produtos originais para decantação de vinho e que já estão a ser comercializados. A concepção daqueles produtos teve como base um desafio lançado por uma empresa que pretendia responder a solicitações do mercado americano.

Filipe Amaral e Isabel Novais são os alunos, agora designers, que protagonizaram aqueles trabalhos, ao longo dos seis

meses de realização dos seus estágios desenvolvidos na Unidade de Fundição e Novas Tecnologias e orientados pelo professor Jorge Lino, naquela que constitui uma das instituições — INEGI — que tem vindo a acolher largamente alunos deste instituto de ensino superior politécnico vianense.

Segundo refere o INEGI, no seu boletim informativo, os protótipos produzidos em estereolitografia e pintados com cor metálica foram ensaiados em decanteres, permitindo que a chegada do vinho ao fundo do "decanter" fosse retardada, obrigando o vinho a percorrer um trajecto sinuoso que permite, além da sua filtragem, um "arejamento" que intensifica o sabor natural do vinho.



AOS TRABALHADORES DA PORTUCEL VIANA
Inf. 14/2008

COMPLEMENTO DE REFORMA

**EMPRESA CONCRETIZA PROPOSTA
DE PRÉMIO ANUAL**

Na reunião ontem realizada (dia 5), a empresa desenvolveu e concretizou a sua proposta de prémio anual, para 0,5% do resultado operacional (EBIT), se o mesmo atingir uma percentagem sobre as vendas de 27%.

A média de percentagem do EBIT, sobre as vendas, nos últimos anos, foi de 26,7%, mas segundo a empresa, muito influenciado pelo ano menos bom de 2005.

Em 2007, essa percentagem foi de 28,7%, o que equivaleria a que esse prémio anual de 0,5%, corresponderia a 750,00 euros por trabalhador.

A empresa, entende que após a apresentação que efectuou, da sua posição inicial de criação de prémio anual e de passar o "prémio especial" de reforma por velhice de 6 para 9 meses, será a vez dos representantes dos trabalhadores apresentarem uma proposta.

Ficou marcada a próxima reunião com a empresa para o dia 5 de Junho (10 horas).

Antes da reunião com a empresa, vai desenvolver-se um processo de recolha de opiniões dos trabalhadores, reuniões de ORT's (12 e 19 de Maio) e um plenário (28 de Maio).

● **TRIBUNAL DA RELAÇÃO CONSIDEROU ILÍCITA
CONDUTA DA EMPRESA DE ALTERAR
UNILATERALMENTE HORÁRIO DE LABORAÇÃO
CONTÍNUA DA MANUTENÇÃO**

Por acórdão de 21-04-2008, o Tribunal da Relação do Porto, alterou a decisão do Tribunal de Viana do Castelo, e considerou ilícita a conduta da empresa, que violou o estabelecido no A.E., quando em 2003, impôs unilateralmente uma alteração ao horário da manutenção na laboração contínua, passando de cinco para quatro equipas.

O Tribunal da Relação concluiu que os horários em laboração contínua se devem manter por cinco anos, e que não podem ser alterados unilateralmente.

06.Maio.2008

A DIRECÇÃO